

Justiça, economia, memória, cultura pública...

José Reis

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

1. Na minha insignificante cultura literária, há um autor que ocupa um lugar destacado. É W. G. Sebald e era alemão. Tem vários livros publicados em Portugal. Um desses livros estava há muito tempo na minha estante mas nunca o tinha lido. Até este verão. Chama-se *História Natural da Destruição: Guerra aérea e literatura*¹. Começa por nos descrever, de forma muito tocante, como uma certa nação, num momento histórico muito preciso e nas várias décadas que já se lhe seguiram, desenvolveu o que parece ter sido um esforço concertado mas implícito, não-dito, para ignorar obstinadamente um episódio relevantíssimo que a marcou do modo mais fundo que se pode imaginar². Algo que nunca foi “transposto para o limiar da consciência nacional”, se tornou num “segredo bem guardado”, um “tabu” que, através de um “tácito acordo vinculativo” envolveu toda a gente de forma calada, um “radical agnosticismo” que ninguém quis e quer abordar. Era “um instrumento já sintonizado pela amnésia individual e coletiva, provavelmente condicionado por processos pré-conscientes de auto-censura”. Uma “apatia”. Tratava-se de “sanear ou remover um conhecimento incompatível com a normal compreensão das coisas”, “uma espantosa capacidade de auto-anestesia do ser coletivo”. Exprimia, porventura, a ansiedade de uma profunda “ausência de perturbação interna na vida íntima da nação”. O resultado é “um povo nitidamente cego para a história e falho de tradição”. Este deliberado e compulsivo segredo foi sempre mantido, “excluído da visão retrospectiva”, retirado das grande e pequenas discussões, nunca

¹ W. G. Sebald, *História Natural da Destruição: Guerra aérea e literatura*. Lisboa, Teorema, 2003.

² Trata-se da devastação sofrida nos últimos anos da Segunda Guerra por 131 cidades alemãs devido aos bombardeamentos aliados, dos quais resultaram 600 mil mortes civis e 3,5 milhões de habitações destruídas.

contribuiu para “um código de leitura pública”, e até a literatura o ignorou através de uma explícita omissão. A história não o regista. Nas cidades não há memoriais que o assinalem. As conversas e os próprios debates evitam deter-se nele. Pode admitir-se que assim foi porque, perante uma grande dificuldade se queria “começar de novo”, pois o episódio convertido em tabu foi “o fim horrendo de uma aberração coletiva”. Mais certeiro ainda pode ser o pressuposto de que toda essa recusa de memória foi a busca de um “catalisador”, através de uma “dimensão puramente imaterial”, para um novo projeto de poder e grandeza económica e política, a partir de uma negação.

Este livro causou-me, devo dizê-lo, a mais viva impressão e (vá-se lá saber porquê) associei-o rapidamente ao nosso assunto de hoje quando recebi o convite para participar neste painel. É certo que ainda o tinha bem vivo na memória, mas não foi por razões temporais que fiz tal associação. Desde então tenho convivido com a tentativa de dar sentido a estas duas coisas. E posso confessar que encontrei esse sentido. Julgo que encontrei os conceitos, a narrativa e a conclusão. Mas vou manter-me afastado da minha própria formulação.

2. Acontece que a convicção de que os livros estão entre os nossos melhores amigos tem confirmações sucessivas. E os livros que se nos atravessam no caminho estão entre os melhores dos melhores. Quando andava a matutar nesta intervenção, entrei numa extraordinária livraria e ainda não tinha dado dois passos quando deparei com um livro de um famoso filósofo político de Harvard (a livraria era da cooperativa de Harvard). Ele chama-se Michael Sandel, e o livro tem por título *Justice: What's the right thing to do?*³ Entre as suas inúmeras publicações conta-se o muito conhecido *What Money Can't Buy: The Moral Limits of the Markets*⁴. O primeiro, que já é de 2009, permitiu-me

³ Michael Sandel, *Justice: What's the right thing to do?* Nova Iorque: Farrar, Staus and Giroux, 2009.

⁴ Michael Sandel, *What Money Can't Buy: The Moral Limits of the Markets*. Nova Iorque: Farrar, Staus and Giroux, 2012.

manter a estratégia de prolongar o adiamento das minhas próprias formulações sobre o assunto deste painel. E imagino que, assim, até posso ganhar maior aceitação desta audiência. Eu sou de Coimbra, é verdade, mas o homem é de Harvard!

Segundo Sandel, há três modos de encarar a justiça. Um designa-se utilitarista e é tipicamente económico ou mesmo economicista. Diz que justiça significa maximizar a utilidade e a riqueza do maior número de pessoas. Na nossa linguagem mais corrente, deve estar ao serviço da economia e do crescimento. Este argumento da utilidade tem dois problemas: 1) transforma a justiça e os direitos em matéria de cálculo e 2) ao atribuir aos direitos uma medida de valor ignora as diferenças qualitativas entre eles. O segundo modo de encarar a justiça é tipicamente liberal, no sentido antigo, não no sentido que agora se convencionou chamar neoliberal, e diz que justiça significa respeitar a liberdade de escolha e aceitar as preferências de cada um tal como elas são. Por isso, importa encontrar um terceiro modo. Esse é o proposto por Sandel, que diz: “uma sociedade justa não pode ser alcançada apenas maximizando a utilidade ou assegurando a liberdade de escolha. Para alcançar uma sociedade justa temos de pensar juntos acerca do significado de uma vida boa e criar uma cultura pública generosa (*hospitable*) para com as diferenças que inevitavelmente acontecem” (p. 261). A justiça é também “o modo certo de dar valor às coisas” (idem).

3. Talvez seja o momento de juntar as duas referências casuais que me caíram no regaço, procurar uma ideia central e, já agora, arriscar usar a minha própria convicção. Não é preciso dizer que eu não pretendo que tudo o que invoquei bata certo com o que me parece importante dizer sobre justiça e economia. Quis sobretudo estabelecer um contexto de raciocínio. Parece-me que a primeira coisa que temos de pedir à justiça é que ela fixe e revele o que não pode ser esquecido. Que não permita ausências, contrarie os agnosticismos radicais, evite as amnésias, fale por cima dos tabus, desfaça as apatias,

impossibilite qualquer forma de autocensura, se constitua em memória, estabeleça o limiar da consciência nacional. Muito menos poderá ser – jamais poderá ser – o vazio sobre o qual se calem as culpas coletivas (aberrações ou não) e sobre a qual, friamente, se estabeleçam formas de poder não discutidas nem consentidas. Esta é a dimensão em que a ideia de justiça (este é o título de um livro de Amartia Sen, Prémio Nobel de Economia e Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) tem como função delimitar o que não devemos querer que as sociedades sejam. Mas há uma função definível pela positiva. A justiça tem de ser, parece-me, a “cultura pública generosa” de que falei acima. Tem de oferecer, parece-me, uma ideia precisa não apenas sobre os grande valores que a sociedade é capaz de estabelecer conjuntamente mas também sobre as diferenciações que lhe cabe reconhecer. E é isto, sobretudo isto, que a justiça tem de oferecer à sociedade que é o seu chão e, afinal, à própria economia. Não consigo afastar a ideia de que o apagamento da memória é algo que temos que pedir a alguma instância das nossa vida coletiva. Ou, dizendo ao contrário, o avivamento do que faz a nossa identidade coletiva tem de ser tarefa de alguém. Escrever na pedra aquilo que deve ser escrito na pedra – e não nos blocos de notas pessoais ou nas agendas de grupo – deve ser tarefa de alguém ou de alguma instância. Certamente da justiça.

4. Sim, eu sei que me falta assumir explicitamente – depois de tanta deriva – o tema concreto deste painel, “a justiça condiciona a economia?”. A minha resposta é simples e clara: sim, condiciona e deve condicionar! Condiciona, porque só a justiça pode oferecer à economia aquilo que ela, por si, nunca criará nem alcançará. Pode oferecer-lhe uma ordem de valores. Pode oferecer-se o que um dos grandes economistas que eu mais admiro (Albert Hirschman, igualmente Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) chamou modos de ação não instrumentais, que são

aqueles que garantem coesão e legitimidade. A economia só tem a capacidade de originar modos de ação instrumentais, e nenhuma nação vive só com isso. A justiça pode dar à economia aquilo de que só uma sociedade que recalque e estigmatize as suas memórias pode querer prescindir. O que a justiça mais pode fazer pelo crescimento económico – e até, de forma mais ousada, por uma economia sustentável, dinâmica, qualificada e capaz – é contribuir para constituir devidamente a sociedade, é fixar-lhe com estabilidade os seus grandes valores referenciais, é, em suma, estabelecer e garantir o bem comum.

Posso fazer uma confidência? Eu acho que os economistas sabem pouco de economia. Eu sou economista e, portanto, sofro certamente do mesmo mal. Como tenho consciência disso, faço o que me compete e procuro com todas as minhas energias fugir de tal fado. E só encontrei um meio. Perceber que a economia é sempre um lugar estrito e muito limitado – faz coisas essenciais, mas não faz coisas sustentáveis só por si. Por isso, para se saber alguma coisa de economia é preciso saber procurar ao lado. Em muitos outros sítios. O momento em que podemos ambicionar saber alguma coisa de economia é naquele instante em que percebemos que a economia é pouco e, só por si, sempre frágil. Uma economia robusta é aquela que tem um chão que a rodeie e em que ela se enraíze. O que estará sempre errado, parece-me, é sujeitar tudo à economia entendida esta como o lugar estrito onde apenas os seus interesses estão explicitados. Na verdade, eu penso que a economia não é uma ilha para a qual o resto do mundo e da vida tenha de confluir e à qual se arribe – eu acho que a economia é parte de um continente em que convive e se mistura com muitas outras realidades. Umas vezes convive e mistura-se para tornar o continente mais vivo e colorido, outras vezes para o tornar mais escuro e agreste. Mas nunca o faz sozinha, é sempre parte de algum processo.

Não sei se conhecem esta foto. Nela vê-se um homem que representa a sociedade toda. Parece pequeno (apesar de ter sido um grande estadista) e está rodeado de muitos homens maiores (só uma mulher, meia encoberta), altivos e,

parece, dominadores. Este é o momento em que o Presidente Clinton assinou o chamado *Financial Modernization Act*. Foi em Novembro de 1999. Eles estavam todos com um ar feliz. Nós, hoje, nem tanto...

